



LUÍS MONTENEGRO ELEITO PRESIDENTE DO PSD



pág. 6

PRESIDENTE

"TEMOS DE 'TORNAR O MUNDO MAIS SEGURO PARA A DEMOCRACIA'"

No 27.º Congresso do PPE, Rui Rio apelou ao aperfeiçoamento da democracia, que, não obstante "muitos defeitos e muitas limitações", "continua a ser o menos mau de tudo o que, até hoje, se conhece"



pág. 10

LOCAIS

ABERTO CONCURSO PARA CONCESSIONAR TRANSPORTES NA REGIÃO DE AVEIRO

O Serviço Público de Transporte de Passageiros da Região de Aveiro será concessionado por um período de cinco anos, pelo valor base de 1,6 milhões de euros, acrescido de IVA



pág. 12

REGIONAIS

GOVERNO AÇORIANO APROVA VERBA PARA REMODELAR HOSPITAL DA HORTA

O Conselho do Governo dos Açores aprovou 2,9 milhões de euros para a remodelação do hospital da Horta e propostas para o descongelamento das carreiras dos farmacêuticos e dos técnicos de diagnóstico

LUÍS MONTENEGRO ELEITO PRESIDENTE DO PSD

Luís Montenegro venceu no sábado, 28 de maio de 2022, as eleições diretas e tornou-se o 19.º Presidente do PSD. O antigo líder parlamentar conseguiu 72,48% dos votos e Jorge Moreira da Silva obteve 27,52% dos votos.

Nas 317 Secções, onde decorreu a eleição, votaram 26.984 dos 44.629 militantes com quotas pagas, com a abstenção a cifrar-se 39,56% dos votos (17.653).

No discurso de vitória, em Espinho, Luís Montenegro saudou o adversário, Jorge Moreira da Silva, e declarou que o resultado “honra o partido e a democracia portuguesa”. “Hoje, no essencial, não fomos nós quem ganhou ou o PSD, no essencial, quem ganhou foi Portugal”, disse.

Ao líder Rui Rio, Luís Montenegro agradeceu “todo o empenho que os órgãos do partido tiveram nos últimos anos sob a sua liderança”. “Eu preciso da ajuda de todos do PSD e daqueles que não sendo poderão vir a juntar-se a nós”, afirmou.

No domingo, Rui Rio felicitou o novo líder eleito do PSD, com “votos de muito sucesso”, e cumprimentou igualmente o oponente “pelo serviço que prestou ao partido”. “Os meus parabéns ao Luís Montenegro com os votos de muitos sucessos em prol do PSD e de Portugal. E um cumprimento ao Jorge Moreira da Silva pelo serviço que prestou ao partido”, escreveu Rui Rio, na sua conta oficial do Twitter.

O 40.º Congresso Nacional do PSD realiza-se nos dias 1, 2 e 3 de julho, no Coliseu do Porto.

PERFIL

Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves nasceu em 16 de fevereiro de 1972, no Porto. Reside em Espinho, no distrito de Aveiro, e é advogado de profissão.

É licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, onde também se pós-graduou em Direito à Proteção de Dados Pessoais, tendo igualmente cumprido o Advanced Management Programme junto do INSEAD (Institut Européen d'Administration des Affaires).

Estreou-se na Assembleia da República aos 29 anos, em 2002, quando Durão Barroso era Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, depois de ter iniciado uma carreira política que começou na JSD e passou pela Câmara Municipal de Espinho, onde foi vereador. Luís Montenegro deixou o Parlamento em abril de 2018, 16 anos depois de tomar posse como deputado.

Foi Presidente do PSD de Espinho com apenas 24 anos, Presidente da Assembleia Municipal, deputado da Assembleia Metropolitana do Porto, vice-presidente da Distrital PSD de Aveiro, membro do Conselho Nacional e do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, Presidente da



Subcomissão de Administração Interna da Assembleia da República, membro da Delegação Portuguesa a Assembleia Parlamentar da NATO, membro da Comissão de Revisão Constitucional e coordenador do PSD na Comissão de Assuntos Constitucionais e na Comissão de Defesa Nacional. Desempenhou ainda as funções de membro da entidade independente CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) durante cerca de 14 anos. A nível profissional exerce advocacia há mais de 20 anos, tendo fundado a Sousa Pinheiro & Montenegro, Sociedade de Advogados, SP, RL, da qual é sócio.

Depois de ter sido vice-Presidente do Grupo Parlamentar liderado por Miguel Macedo, ascendeu a líder parlamentar após a vitória de Pedro Passos Coelho nas eleições legislativas, em 5 de junho de 2011. Manteve-se no cargo até 2017, tornando-se o líder parlamentar com mais longevidade no PSD.

No plano empresarial, é há vários anos Presidente da Assembleia Geral do Grupo Industrial e Metalúrgico Ferpinta e do Grupo de Retalho Comercial Radio Popular.

Casado, pai de dois filhos, o desporto foi uma paixão de juventude, tendo jogado futebol e voleibol de praia – também foi nadador-salvador –, e atualmente pratica golfe.



OS 18 PRESIDENTES DO PSD



O PSD escolheu no sábado o 19.º Presidente da sua história de 48 anos. Segue-se um resumo biográfico de cada um dos líderes do PSD, desde a fundação em 6 de maio de 1974:

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro nasceu em 19 de julho de 1934, no Porto, e faleceu em 4 de dezembro de 1980, na sequência da queda do avião onde viajava quando era Primeiro-Ministro.

Advogado, foi um dos fundadores do PPD/PSD, em 6 de maio de 1974, com Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota.

Desempenhou primeiro as funções de Secretário-geral do partido no primeiro ano da sua fundação, eleito no I Congresso, realizado em 23 e 24 de novembro de 1974 em Lisboa.

Torna-se o primeiro Presidente do PSD, funções que exerceu por duas vezes: entre setembro de 1975 e janeiro de 1978 e, depois, entre abril de 1979 e dezembro de 1980, data da sua morte.

Forma, em 5 de julho de 1979, com Freitas do Amaral, do CDS, e Ribeiro Telles, do PPM (além dos Reformadores) a Aliança Democrática, que lidera com o objetivo de derrotar a “maioria de esquerda” nas eleições legislativas intercalares de dezembro de 1979. A AD vence com maioria absoluta e Sá Carneiro torna-se Primeiro-Ministro em 3 de janeiro de 1980, cargo que exerce por menos de um ano, quando morre em funções.

Francisco Sá Carneiro morre na sequência da queda do avião em que viajava para o Porto, onde iria participar no comício de encerramento da campanha presidencial do general Soares Carneiro.

No período em que Sá Carneiro foi Primeiro-Ministro, o cargo de presidente da Comissão Política Nacional foi assumido por Leonardo Ribeiro de Almeida, cujo retrato figura, por esse motivo, na galeria de presidentes da sede nacional social-democrata, mas não consta da lista de líderes contabilizada na página oficial do PSD.

EMÍDIO GUERREIRO

Emídio Guerreiro nasceu em 6 de setembro de 1899 e morreu em 29 de junho de 2005.

Matemático, desempenhou as funções de secretário-geral do partido entre maio e setembro de 1975, altura em que lidera o PSD durante um curto período em que Francisco Sá Carneiro, por doença, se desloca ao estrangeiro.

Perseguido pela PIDE, esteve exilado de 1932 a 1974, aderiu em 1974 ao Partido Popular Democrático, atual PSD, e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte.

ANTÓNIO SOUSA FRANCO

António Luciano Pacheco de Sousa Franco nasceu em 21 de setembro de 1942 e faleceu em 9 de junho de 2004.

Liderou o PSD entre janeiro e julho de 1978, tendo sido eleito no V Congresso do PSD.

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi docente nas áreas de Finanças Públicas e Direito Financeiro, Direito da Economia e Direito Comunitário.

Exerceu o cargo de ministro das Finanças entre 1 de agosto e 17 de dezembro de 1979, no Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Mais tarde, aproximou-se do PS, tendo sido de novo ministro das Finanças no primeiro Governo de António Guterres (18 de outubro de 1995 a 25 de outubro de 1999).

Morreu durante a campanha para as eleições europeias de 2004, nas quais era cabeça de lista pelo PS.

JOSÉ MENÉRES PIMENTEL

José Manuel Menéres Sampaio Pimentel nasceu em 11 de agosto de 1928 e morreu em 13 de fevereiro de 2014.

Advogado e juiz, presidiu ao PSD entre julho de 1978 e abril de 1979, tendo sido eleito no VI Congresso do partido.

Militou no MDP/CDE antes do 25 de Abril, tendo, depois, participado na fundação do Partido Social Democrata, pelo qual foi deputado e líder parlamentar.

Foi membro dos VII e VIII Governos, como ministro da Justiça e ministro da Reforma Administrativa.

Entre 1992 e 2000, Menéres Pimentel exerce o cargo de Provedor de Justiça.

FRANCISCO PINTO BALSEMÃO

Francisco José Pereira Pinto Balsemão nasceu em 1 de setembro de 1937 e foi um dos fundadores do PPD/PSD.

Advogado e jornalista, presidiu ao partido entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1983, tendo sido eleito no VIII Congresso do PSD e reeleito no IX.

Fundou e dirigiu o semanário “Expresso” (1973-80), foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República.

Francisco Pinto Balsemão foi ministro de Estado Adjunto no VI Governo Constitucional (1980) e Primeiro-Ministro dos VII e VIII Governos Constitucionais (1981-83).

É fundador do grupo Impresa, em que se inclui a SIC, a primeira estação de televisão privada em Portugal, e conselheiro de Estado. É o militante número 1 do PSD.



NUNO RODRIGUES DOS SANTOS

Nuno Aires Rodrigues dos Santos nasceu em 13 de março de 1910 e morreu em 5 de abril de 1984.

Presidiu ao PSD entre fevereiro de 1983 a março de 1984, tendo sido eleito no X Congresso Nacional.

Foi deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e deputado à Assembleia da República em 1976, 1979, 1980 e 1983.

CARLOS MOTA PINTO

Carlos Alberto da Mota Pinto nasceu em 25 de julho de 1936 e morreu em 7 de maio de 1985.

Professor universitário, presidiu ao PSD entre março de 1984 e fevereiro de 1985, tendo sido eleito no XI Congresso.

Foi deputado e líder do Grupo Parlamentar à Assembleia Constituinte e ainda deputado à Assembleia da República.

Mota Pinto foi também ministro do Comércio e Turismo no I Governo Constitucional (1976-1977), primeiro-ministro do IV Governo Constitucional (1978) e vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa no IX Governo Constitucional de 1983 a 1985.

RUI MACHETE

Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete nasceu a 7 de abril de 1940.

Advogado, presidiu ao PSD entre fevereiro e maio de 1985, tendo sido eleito em Conselho Nacional presidente interino da Comissão Política após a demissão de Mota Pinto e até à realização de um novo Congresso.

Deputado à Assembleia da República em diversas legislaturas, foi ministro dos Assuntos Sociais no VI Governo Provisório e da Justiça no IX Governo Constitucional. Foi ainda ministro da Defesa Nacional e vice-primeiro-ministro.

Mais recentemente, foi ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Pedro Passos Coelho, entre 2013 e 2015.

ANÍBAL CAVACO SILVA

Aníbal António Cavaco Silva nasceu em 15 de julho de 1939.

Economista e professor universitário, presidiu ao PSD entre 17 de maio de 1985 e 17 de fevereiro de 1995, tendo sido eleito no XII Congresso do partido e reeleito nos XIII, XIV, XV e XVI reuniões magnas do PSD.

A política só entrou na vida de Aníbal Cavaco Silva depois do 25 Abril de 1974, quando aderiu ao então PPD, de Francisco Sá Carneiro, de quem era um admirador.

Foi precisamente no Governo de Sá Carneiro (1980-1981), que viria a ocupar o primeiro lugar de destaque na vida política, assumindo a pasta das Finanças, já depois de ter passado pelo gabinete de estudos do PSD.

A primeira experiência governativa foi curta, com o fim ditado pela morte de Sá Carneiro, a 4 de dezembro de 1980.

Cavaco Silva foi depois deputado (1980) e presidente do Conselho Nacional do Plano (1981-1984). Em 1985, vai fazer a 'famosa' rodagem ao seu Citroen BX e entra no Congresso da Figueira da Foz para disputar a liderança do PSD com João Salgueiro, acabando por ganhar.

Na primeira vez que vai às urnas, Cavaco Silva vence com uma maioria relativa e forma o seu primeiro Governo, um executivo minoritário que cai ao fim de dois anos com uma moção de censura apresentada pelo PRD no parlamento (a única da democracia que resultou na queda de um governo).

Apresentando-se novamente a eleições, Cavaco Silva arrecada a primeira maioria absoluta do pós-25 de Abril, que repete nas legislativas de 1991, desempenhando o cargo de primeiro-ministro entre 06 de novembro de 1985 e 28 de outubro de 1995.

Em 22 de janeiro de 2006 chega ao mais alto cargo da ma-



gistratura portuguesa, numa vitória à primeira volta, que repetiria em 2011, exercendo o cargo de Presidente da República até março de 2016.

FERNANDO NOGUEIRA

Joaquim Fernando Nogueira nasceu em 26 de março de 1950.

Advogado, presidiu ao PSD entre 17 de fevereiro de 1995 e 29 de março de 1996, tendo sido eleito no XVII Congresso.

Foi membro dos governos de Aníbal Cavaco Silva, onde exerceu os cargos de ministro Adjunto, ministro dos Assuntos Parlamentares, ministro da Presidência, ministro da Justiça e ministro da Defesa.

Em 1995, depois de Aníbal Cavaco Silva abandonar a liderança do Partido e se candidatar à Presidência da República, é eleito presidente do PSD.



MARCELO REBELO DE SOUSA

Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa nasceu em 12 de dezembro de 1948.

Professor Catedrático na área do Direito, presidiu ao PSD entre 29 de março de 1996 e 1 de maio de 1999, tendo sido eleito no XVIII Congresso do PSD e reeleito na XX reunião magna.

Deixou a liderança do PSD na sequência de uma rutura com o então líder do CDS-PP Paulo Portas, com quem preparava uma aliança para as legislativas.

Militante do PSD desde 1974, foi deputado à Assembleia Constituinte (1975-76), integrou o VIII Governo Constitucional como secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e ministro para os Assuntos Parlamentares.

Foi também vice-Presidente do Partido Popular Europeu (1997-1999).

Esteve ligado à fundação do semanário "Expresso", que dirigiu, e do "Semanário", e desde os anos 1990 notabilizou-se como comentador político, primeiro na TSF, e depois na televisão – RTP e TVI –, funções que exerceu até anunciar a candidatura a Presidente da República.

Desde 9 de março de 2016, exerce as funções de Presidente da República.

DURÃO BARROSO

José Manuel Durão Barroso nasceu em 23 de março de 1956.

Desempenhou funções como presidente do PSD entre 1 de maio de 1999 e 12 de novembro de 2004, tendo sido eleito no XXII Congresso do PSD e reeleito nos XXIII, XXIV e XXV reuniões magnas do PSD.

Foi subsecretário de Estado no Ministério de Assuntos Internos, cargo que ocupou de 1985 a 1987, secretário de Estado dos Assuntos Externos e Cooperação (1987-1992) e depois ministro dos Negócios Estrangeiros (1992-1995).

Foi eleito deputado por Lisboa em 1995 e, em 6 de abril de 2002, Durão Barroso tornou-se Primeiro-Ministro de Portugal, cargo que exerceu até julho de 2004 e do qual se saiu para assumir funções como presidente da Comissão Europeia em novembro desse ano.

Exerce o mandato em Bruxelas até 31 de outubro de 2014. Foi nomeado presidente não-executivo do banco Goldman Sachs International em julho de 2016.



PEDRO SANTANA LOPES

Pedro Miguel de Santana Lopes nasceu em 29 de junho de 1956.

Advogado, foi presidente do PSD entre 12 de novembro de 2004 e 8 de abril de 2005, eleito primeiro em Conselho Nacional – na sequência da saída de Durão Barroso para Bruxelas – e depois no XXVI Congresso.

Aderiu ao PSD em 1976 e desempenhou funções de adjunto do ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro do IV Governo Constitucional (1978-1979) e de assessor jurídico no VI Governo Constitucional (1980/1981).

Inicia a atividade parlamentar em 1980, mantendo-se como deputado por Lisboa até 1991, atividade que retomaria em 2007, altura em que lidera a bancada social-democrata. Entre 1987 e 1990 foi deputado ao Parlamento Europeu.

Foi secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do X Governo Constitucional (1985/1987) e secretário de Estado da Cultura dos XI e XII Governos Constitucionais (1990/1994), tendo presidido às Câmaras Municipais da Figueira da Foz (1998-2001) e de Lisboa (2002-2004).

Em 2004, após a demissão de Durão Barroso do cargo de Primeiro-Ministro, Santana Lopes, então vice-presidente do PSD, é indigitado por Jorge Sampaio em 17 de julho desse ano, tomando posse como Primeiro-Ministro do XVI Governo Constitucional, executivo que duraria até março de 2005.

Comentador político regular, exercia essas funções na SIC e as de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa quando anunciou, em outubro, que seria, pela terceira vez, candidato à liderança do PSD nas eleições diretas de janeiro de 2018.

Cerca de seis meses depois de disputar e perder para Rui Rio a presidência do PSD, saiu do partido e fundou a Aliança, do qual saiu em janeiro de 2021.

Nas últimas autárquicas, em setembro de 2021, foi novamente eleito presidente da Câmara da Figueira da Foz na qualidade de independente.

LUÍS MARQUES MENDES

Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes nasceu em 5 de setembro de 1957.

Advogado e comentador político, Marques Mendes desempenhou as funções de presidente do PSD entre 8 de

abril de 2005 e 12 de outubro de 2007, eleito no XXVII Congresso Nacional.

Foi o primeiro líder do PSD a ser eleito diretamente pelos militantes, em 2006, método que introduziu nos estatutos do partido e que vigora até hoje. Neste caso, tratou-se da sua reeleição, que viria a ser confirmada no XXIX Congresso.

Iniciou a sua atividade política como militante do PSD, tendo sido, no poder local, vereador (1980-1985) e vice-presidente do Município de Fafe (1997-1999) e presidente da Assembleia Municipal de Oeiras (1988-2005).

Exerceu cargos governamentais como secretário de Estado Adjunto do ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares do X Governo (1985-1987); secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no XI Governo (1987-1992); ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro do XII Governo (1992-1995) e ministro dos Assuntos Parlamentares no XV Governo (2002-2004).

Atualmente, é conselheiro de Estado e comentador político na SIC.

LUÍS FILIPE MENEZES

Luís Filipe Menezes Lopes nasceu em 2 de novembro de 1953.

Médico, presidiu ao PSD entre 12 de outubro de 2007 e 20 de junho de 2008, tendo sido eleito no XXX Congresso.

Dirigente político desde cedo, participou na fundação da Juventude Social Democrata, quando o PSD era liderado por Francisco Sá Carneiro.

Luís Filipe Menezes liderou a Comissão Política Distrital do Porto do PSD entre 1990 e 2002 e, a nível governativo, foi secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no XX Governo Constitucional.

Em 1997 é eleito presidente da terceira maior autarquia do país, Vila Nova de Gaia, cargo que exerceu até 2013.

MANUELA FERREIRA LEITE

Maria Manuela Dias Ferreira Leite nasceu em 3 de dezembro de 1940.

Economista, Ferreira Leite presidiu ao PSD entre 20 de junho de 2008 e 9 de abril de 2010, tendo sido eleita no XXXI Congresso.

É militante do Partido Social Democrata desde 1985, pelo qual foi deputada à Assembleia da República (1991-2000) e de cuja bancada parlamentar foi vice-Presidente (1996-2001).

Exerceu funções governativas nos executivos de Cavaco Silva: no XI Governo como secretária de Estado do Orçamento (1990-1991), no XII Governo como secretária de Estado Adjunta e do Orçamento (1993) e ministra da Educação entre dezembro de 1993 e outubro de 1995.

Volta ao governo como ministra de Estado e das Finanças do XV Governo, dirigido por Durão Barroso.

Foi membro do Conselho de Estado de Cavaco Silva (2006-2008) e, atualmente, é comentadora política com colaborações regulares na TVI.

PEDRO PASSOS COELHO

Pedro Manuel Mamede Passos Coelho nasceu em 24 de julho de 1964.

Economista, presidiu ao PSD entre 9 de abril de 2010 e 18 de fevereiro de 2018.

Eleito presidente do PSD no XXXIII Congresso, foi reeleito nas XXXIV, XXXV e XXXVI reuniões magnas do partido.

Foi presidente da JSD entre 1990 e 1995 e foi deputado entre 1991 e 1999, sem nunca exercer nesse período qualquer cargo governativo.

Na primeira vez que concorreu à liderança do PSD, em 2008, foi derrotado por Manuela Ferreira Leite, mas viria a ganhar a presidência do partido nas diretas de 26 de mar-

ço de 2010, que venceu com 61%, derrotando Paulo Rangel, José Pedro Aguiar-Branco e Castanheira Barros. Nas reeleições nunca teve adversários.

Pouco mais de um ano depois de assumir a liderança do PSD, vence as legislativas antecipadas de 5 de junho de 2011 – na sequência da demissão do Governo socialista liderado por José Sócrates – e exerce as funções de Primeiro-Ministro entre junho de 2011 e novembro de 2015, em dois Governos sucessivos em coligação com o CDS-PP, embora o segundo tenha durado menos de um mês, na sequência da rejeição do programa do executivo no Parlamento pela esquerda.

Anunciou em 3 de outubro de 2018, dois dias depois dos resultados das eleições autárquicas, que não seria recandidato ao cargo de Presidente do PSD.

RUI RIO

Rui Fernando da Silva Rio nasceu em 6 de agosto de 1957 no Porto.

Economista, foi eleito presidente do PSD em 18 de fevereiro de 2018, depois de derrotar em eleições diretas Pedro Santana Lopes com 54% dos votos, e reeleito em 2020.

Rui Rio foi pela primeira vez eleito deputado em 1991, cargo que exerceu durante dez anos, tendo regressado à Assembleia da República em outubro passado, na sequência das últimas eleições legislativas.

O atual líder do PSD foi também Secretário-geral do partido entre 1996 e 1997 quando era Presidente do partido o atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e vice-Presidente com três líderes: de 2002 a 2005, com Durão Barroso e Pedro Santana Lopes, e mais tarde, entre 2008 e 2010, com Manuela Ferreira Leite.

Rui Rio ganhou notoriedade e visibilidade nacional ao exercer durante três mandatos, entre 2001 e 2013, a presidência da Câmara Municipal do Porto.

Depois de ter interrompido a atividade política, voltou à banca, assumindo um cargo não executivo no Comité de Investimentos do Millenium BCP e foi consultor da empresa de recursos humanos Boyden até assumir a presidência do PSD.



RUI RIO NO 27.º CONGRESSO DO PPE

“TEMOS DE ‘TORNAR O MUNDO MAIS SEGURO PARA A DEMOCRACIA’”



No 27.º Congresso do Partido Popular Europeu (PPE), família política a que pertence o PSD, na terça-feira, 31 de maio, em Roterdão, Rui Rio apelou ao aperfeiçoamento da democracia, que, não obstante “muitos defeitos e muitas limitações”, “continua a ser o menos mau de tudo o que, até hoje, se conhece”.

O líder do PSD considera que a reforma da democracia “é da máxima importância, no sentido da sua adaptação aos novos tempos”, isto quando se assiste “no espaço europeu em geral a uma degradação do Estado de Direito Democrático”, e quando em simultâneo “o populismo e o autoritarismo avançam em praticamente todos os Estados-Membros da União Europeia, bem como noutras democracias do mundo”. Recrudescem, segundo Rui Rio, “pressões externas de regimes autoritários, com particular destaque para a Federação Russa”.

No plano externo, o líder do PSD enaltece, sobretudo, o papel da democracia no quadro das Relações Internacionais. “As democracias são regimes pacíficos. A sua contínua expansão é, assim, um instrumento crucial para a paz no mundo. Em sentido inverso, o avanço das potências autoritárias é hoje a maior ameaça à segurança e à ordem internacional. A invasão da Ucrânia por parte da Rússia constitui um ataque ao nosso modo de vida, que tanto nos custou alcançar, e de que nunca podemos abdicar”, referiu.

Citando o 28.º Presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, Rui Rio insiste que “temos de ‘tornar o mundo mais seguro para a democracia’”.

No plano interno, Rui Rio exorta à realização de “resultados concretos em termos de justiça social, de modo a impedir que os mais frágeis sejam enganados por propostas políticas de perfil demagógico”. “Quem é pobre não pode ser verdadeiramente livre. Por isso, a nossa principal arma é a promoção de uma classe média maior e mais robusta, em que as suas melhores munições são o progresso e a criação de riqueza com justa distribuição. A liberdade de mercado é a bússola dos Estados mais ricos, mas ela tem de ser moderada pela mão visível do Estado. O seu papel é decisivo nas áreas sociais, como a Saúde, a Educação ou a Segurança Social. Mas é-o, também, na regulação de certos mercados e na proteção da livre concorrência”, disse.

Rui Rio sublinha que, “tal como em agosto de 1914, hoje, no centro da Europa, mais uma vez mulheres, homens e crianças inocentes temem pelas suas vidas”. “E pela sua liberdade. A causa de tal barbaridade é o imperialismo e o seu total divórcio dos valores e princípios humanistas que, a todos, nos devem unir. Valores e princípios essenciais para a construção de um mundo mais pacífico, mais feliz, e mais respeitador dos direitos humanos. Um mundo pelo qual, em Portugal, o PSD sempre lutou e, pelo qual – disso estou certo – o PPE, na Europa, sempre lutará”, concluiu.

Fundado em 1976, o Partido Popular Europeu é a família política europeia pioneira do centro-direita, cujas raízes se consolidam na história do continente europeu. É presidido atualmente por Donald Tusk. O 27.º Congresso do PPE termina na quarta-feira, 1 de junho, em Roterdão.



TSD SAÚDAM ELEIÇÃO DE LUÍS MONTENEGRO



Os Trabalhadores Social Democratas (TSD) felicitaram, dia 28, Luís Montenegro pela eleição nas diretas, manifestando “disponibilidade e vontade de, a seu lado, contribuir para a indispensável união do Partido”.

“Chamados a pronunciarem-se em eleições diretas os militantes do PSD sufragaram democraticamente a candidatura de Luís Montenegro que assim se torna o novo presidente do Partido Social Democrata”, referem os TSD, numa nota enviada à imprensa.

Pedro Roque Oliveira, Secretário-geral do PSD, sublinha a necessidade de coesão. “Reforçar a coesão do PSD significa, de igual modo, dinamizar e fortalecer o Partido de forma a tornar-se na alternativa credível e efetiva ao poder socialista. Estamos convictos que com Luís Montenegro o PSD reforçará o seu papel enquanto líder de uma oposição responsável e construtiva em busca de uma alternativa credível que mereça a adesão plena dos Portugueses”, afirma.

“Da parte dos TSD continuaremos a representar solidária e entusiasticamente, enquanto estrutura autónoma, a voz do Partido, do seu programa e dos seus ideais de justiça social, vontade de progresso e modelo de democracia no mundo do trabalho e no movimento sindical, mas também como defensores intransigentes dos valores e anseios dos trabalhadores no seio do PSD”, conclui o responsável do Secretariado Nacional dos TSD.



ORÇAMENTO DO ESTADO EMPOBRECE OS PORTUGUESES



Paulo Mota Pinto acusa o Governo de falhar as promessas eleitorais feitas há três meses e de “enriquecer o Estado e empobrecer os portugueses” no seu primeiro Orçamento do Estado com maioria absoluta.

No encerramento no debate do Orçamento do Estado para 2022, sexta-feira, 27 de maio, o líder parlamentar do PSD afirmou que o documento não serve Portugal e os portugueses e criticou o Governo socialista por, apesar de terem mudado as circunstâncias, ter insistido no documento que tinha apresentado ao parlamento em outubro, apenas “recauchutado” e “recondicionado”.

“O Governo olhou para uma mão e viu a proposta de Orçamento que tinha sido rejeitada; olhou para a outra mão, e viu a maioria absoluta entretanto conquistada pelo PS; e daí a concluir que não valia a pena esforçar-se para apresentar a esta Assembleia um Orçamento consentâneo com a atual realidade, pois podia fiar-se no peso da sua maioria absoluta, foi apenas um pequeno passo”, criticou.

De acordo com o líder da bancada do PSD, os socialistas, “apenas três meses após as eleições, estão já a incumprir de forma flagrante as promessas que fizeram durante a campanha eleitoral”, referindo-se, em concreto, ao compromisso de aumentar os rendimentos dos portugueses.

“Hoje, já todos percebem o embuste. Como os portugueses já estão a notar, a sua perda de rendimento não é uma falácia inventada pela oposição. É real e efetiva, e tem vindo a ser agravada pela divergência da nossa criação de riqueza em relação à média europeia”, adiantando que o país mergulhou “num processo de

empobrecimento relativo sem fim à vista”.

Mota Pinto defendeu que o parlamento “não pode deixar passar em claro esta clara quebra de compromisso do PS e do Dr. António Costa”, considerando que a promessa de aumento dos rendimentos foi feita já com a consciência de que iria ficar por cumprir.

“O mais perverso de tudo é que, com o atual nível de inflação, o Estado está a aliviar as suas necessidades financeiras e a enriquecer. O Estado socialista enriquece, os trabalhadores empobrecem”, acusou.

Como maior pecado do orçamento, Mota Pinto aponta a falta de “coragem ou visão reformista”.

“O Orçamento para 2022 mostra uma vez mais que este Governo e este primeiro-ministro são os menos reformistas, os mais conservadores que tivemos desde o início do século, seja por acomodação, seja por tacticismo, seja por receio de perda de popularidade”, criticou.

Por estas razões, Mota Pinto frisou que “o PSD não pode deixar de votar contra a sua aprovação”.



PARLAMENTO APROVA PROPOSTA DO PSD QUE TRAVA RETROATIVIDADE NO AGRAVAMENTO DO IMPOSTO DO SELO

Os deputados aprovaram, no dia 25 de maio, por unanimidade, uma proposta do PSD de alteração ao Orçamento do Estado para 2022 que impede a aplicação aos contratos de crédito já celebrados o agravamento da taxa do Imposto do Selo (IS).

“Relativamente aos factos tributários ocorridos até 31 de dezembro de 2022, as taxas previstas nas verbas 17.2.1 a 17.2.4 são agravadas em 50%, excluindo contratos já celebrados e em execução”, refere a proposta, votada durante o terceiro dia de votações na especialidade o Orçamento do Estado para 2022.

Tal como tem acontecido em Orçamentos do Estado anteriores, a proposta orçamental para 2022 repete o agravamento em 50% das taxas do Imposto do Selo (IS) sobre os créditos ao consumo.

“Relativamente aos factos tributários ocorridos até 31 de dezembro de 2022, as taxas previstas nas verbas” relativas ao crédito ao consumo “são agravadas em 50%”, refere o artigo da proposta orçamental.

De acordo com a tabela Geral do IS o crédito de prazo inferior a um ano — por cada mês ou fração — paga uma taxa de 0,141%, o crédito de prazo igual ou superior a um ano paga 1,76% e crédito de prazo igual a superior a cinco anos paga 1,76%. O agravamento de 50% incide sobre estas taxas.

A lei do Orçamento do Estado para 2020 excluiu expressamente deste agravamento em 50% da taxa do IS os contratos “já celebrados e em execução”, mas no OE2021 e novamente na proposta do OE2022 essa exclusão não foi contemplada. A retroatividade foi, contudo, afastada com a proposta social-democrata.



PSD CHAMA AO PARLAMENTO O PRESIDENTE DO TURISMO DE PORTUGAL



O PSD apresentou um requerimento, dia 27 de maio, a chamar ao Parlamento o Presidente do Turismo de Portugal. No documento, dirigido ao Presidente da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, os deputados do PSD recordam que, num encontro com agentes da região do Norte em que estaria presente a Secretária de Estado do Turismo, “foram feitas afirmações desconcertantes” por parte do Presidente do Turismo de Portugal.

“Segundo os participantes na referida reunião, aquele responsável do Turismo de Portugal tê-los-á aconselhado «a esquecer a TAP como parceiro estratégico e, em vez de insistirem nas críticas, a virarem agulhas para a Ibéria, pela diversidade de ligações em Madrid”, referem os sociais-democratas.

Segundo divulgou, na quinta-feira, no “Jornal de Notícias”, num encontro com agentes da região do Norte com a presença da secretária de Estado do Turismo, o presidente do Turismo de Portugal terá feito afirmações que o PSD classifica como “desconcertantes” e que “contrariam em absoluto a posição oficial do Governo relativamente à transportadora aérea nacional, ao seu papel no espaço geográfico nacional e ao serviço que é suposto prestar aos portugueses”. Os deputados querem explicações por parte do Presidente do Turismo de Portugal.

ABERTO CONCURSO PARA CONCESSIONAR TRANSPORTES NA REGIÃO DE AVEIRO

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) abriu um novo concurso público para a concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros. O Serviço Público de Transporte de Passageiros da Região de Aveiro será concessionado por um período de cinco anos, pelo valor base de 1,6 milhões de euros, acrescido de IVA, e o prazo de recessão de propostas decorrer até 11 de junho.

Segundo uma nota da CIRA, “trata-se de uma operação pioneira e sem histórico na região”, cujo modelo de negócio “passa por um contrato de primeira geração com a concessão de serviço público clássico, que visa servir 400 mil cidadãos e está a concurso com um lote único de 10 operações municipais”.

Do âmbito do concurso está excluído o transporte urbano de Aveiro, que tem concessionada há cinco anos a sua operação municipal.

São objetivos que a CIRA quer garantir com o contrato de concessão “a melhoria da qualidade do serviço, a sua fiabilidade e sustentabilidade económica, social e ambiental, e o contributo para a coesão territorial.

É o segundo concurso público lançado com esse fim, depois de em janeiro de 2020 ter havido uma primeira tentativa da Comunidade Intermunicipal para concessionar o serviço, tendo na altura aberto um procedimento para a aquisição do serviço, sem que tenha sido entregue qualquer proposta.

“Com vista ao lançamento deste novo concurso público, o Conselho Intermunicipal da Região de Aveiro desenvolveu trabalho de revisão das peças do concurso e do estudo subjacente às mesmas, por forma a garantir o interesse do mercado e a contratação de um operador para este importante serviço público”, explica uma nota da CIRA.



CÂMARA DE LISBOA APROVA 2,4 MILHÕES DE EUROS PARA JUNTAS REALIZAREM TRABALHOS DE HIGIENE URBANA



A Câmara de Lisboa aprovou a celebração de contratos de delegação de competências na área da higiene urbana com as 24 freguesias da cidade, atribuindo 100 mil euros a cada para este ano, totalizando 2,4 milhões de euros.

Em reunião privada do executivo camarário, a proposta para submeter à assembleia municipal a autorização

para celebração de contratos de delegação de competências entre o município e as freguesias de Lisboa foi aprovada por maioria, com os votos contra dos dois vereadores do PCP.

Fonte do gabinete do presidente da câmara declarou que a proposta teve os votos a favor dos 15 restantes membros do executivo municipal (constituído por 17 eleitos no total), nomeadamente sete da liderança PSD/CDS-PP, cinco do PS, um do Livre, um do BE e um da independente eleita pela coligação PS/Livre.

Estes contratos de delegação de competências são para que as juntas de freguesia continuem a assegurar a “recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos e ‘ecoilhas’ de superfície, ecopontos subterrâneos, vidrões e outros equipamentos de deposição de resíduos”, de acordo com a proposta apresentada pelo vereador da Higiene Urbana, Ângelo Pereira.

A proposta prevê 100 mil euros para cada uma das 24 freguesias lisboetas para este ano, o que corresponde a um total de 2,4 milhões de euros.

Segundo a proposta, “existem situações pontuais no setor da higiene urbana, em especial, necessidade de recolha de resíduos que exigem intervenção célere, eficaz e eficientes soluções, cuja execução pelas freguesias poderão ser alcançados de melhor forma”.

Câmara avança com regularização do bairro Portugal Novo

A Câmara de Lisboa assumiu também o “compromisso absoluto” de avançar com a regularização do bairro Portugal Novo, em Olaias, na freguesia do Areeiro, após relatos de desocupação forçada dos moradores, episódios de tiroteios e tráfico de droga.

“É realmente um dos problemas mais difíceis que nós temos aqui para resolver, que já tem décadas”, afirmou a vereadora da Habitação, Filipa Roseta, assegurando que a regularização do bairro Portugal Novo é uma prioridade para o atual executivo camarário, porque “não pode continuar assim, de maneira nenhuma”.

No âmbito de uma reunião pública descentralizada da câmara para ouvir os munícipes das freguesias do Areeiro e do Beato, a situação do bairro Portugal Novo, registado em 1974 como cooperativa de habitação, foi levantada por um morador, que relatou o problema de casas absolutamente ocupadas, através de venda de chaves com recurso à violência ou com a desocupação forçada dos moradores, indicando que “ainda há pouco tempo assassinaram uma pessoa para lhe ocuparem a casa”.

O presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, reconhece que “é um problema que é grave e que é conhecido”.

Indicando que já visitou “várias vezes” este bairro, a vereadora da Habitação garantiu que “vai avançar a regularização do Portugal Novo”, mas sem se comprometer com a resolução total da situação durante os quatro anos de mandato, referindo que o levantamento físico das casas já está a ser feito pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e, depois, será feito o levantamento social das pessoas que lá vivem.

Filipa Roseta realçou o avanço que houve em maio de 2021, com o perdão da dívida da cooperativa ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

“Vamos resolver o Portugal Novo desta vez”, apelou o presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, Fernando Braamcamp.

CÂMARA DE LAMEGO DESENVOLVE PLANO DE AÇÃO PARA LIDAR COM ANIMAIS

A Câmara de Lamego tem em curso um plano de ação para lidar com os animais errantes, os adotados no Centro de Recolha Oficial (CRO) e os pertencentes a famílias carenciadas.

Recentemente, entraram em vigor dois regulamentos – um para promoção do bem-estar animal e do controlo reprodutivo e outro destinado ao cuidador informal de animais errantes – e foram celebrados vários protocolos.

“Esta câmara municipal é sensível não apenas às questões relacionadas com o bem-estar animal, como também às de saúde pública e animal, e à tranquilidade e segurança de pessoas e bens”, justificou o presidente da autarquia, Francisco Lopes.

O autarca considerou que estes regulamentos e protocolos dão “novas e melhores respostas às questões levantadas, nomeadamente com a salvaguarda regulamentar dos cuidadores informais de animais errantes, que permitirá que a sua ação encontre um suporte regulamentar”.

A georreferenciação das matilhas e colónias e a colaboração para a esterilização destes animais permitirão “o seu controlo populacional”, considerou.

A autarquia estabeleceu protocolos com a associação de salvamento e proteção animal de Lamego e com as clínicas veterinárias do concelho, para que haja uma melhor articulação nas respostas dadas.

Francisco Lopes realçou que o regulamento para promoção do bem-estar animal e do controlo reprodutivo “permitirá às famílias carenciadas terem acesso a cuidados de saúde primários, promovendo o bem-estar destes animais e a prevenção do abandono”

É também um objetivo deste regulamento a promoção de “campanhas alargadas a todos os municípios de apoio à esterilização de cães e gatos”, referiu.

Segundo o autarca, “a questão dos animais errantes é, infelizmente, um problema transversal a todo o país”, tendo ao longo do primeiro quadrimestre deste ano sido feitos diversos levantamentos no concelho.

Houve “reuniões com todos os responsáveis por matilhas e colónias no concelho, de forma a caracterizar o efetivo e as necessidades desses grupos, acompanhadas por visitas regulares por parte dos técnicos do município ao terreno a fim de apoiar no necessário, nomeadamente nos tratamentos médico-veterinários, esterilizações, alimentação e, sempre que possível e reunidas as condições, encaminhamento para adoção”, explicou.

Neste momento, estão identificadas cinco matilhas e oito colónias em todo o concelho, num total de 99 animais (40 canídeos e 59 felídeos).

“Com o início dos regulamentos e dos protocolos, o número de animais errantes tem vindo a reduzir, sendo que ao iniciar este ano estavam contabilizados 126 animais”, referiu Francisco Lopes.

O CRO de Lamego acolhe atualmente 73 canídeos, mas “a real capacidade do espaço é de, mediante o porte, sensivelmente 50 animais”, lamentou.

O autarca disse que, atendendo à sobrelotação verificada, o município tem, “em fase de projeto, a ampliação do espaço, para o dobro do verificado atualmente”.



“Para além dos pavilhões de recolha de animais, serão ainda construídos quatro cercados, de forma a albergar de forma independente quatro matilhas, retirando-as definitivamente da via pública”, explicou.

Francisco Lopes disse que “os pedidos de ajuda relacionados com animais de companhia sempre foram regulares e constantes”, mas agora, devido aos regulamentos, o município pode, “de forma regulamentar e sustentada”, dar-lhes uma resposta efetiva.

O município disponibiliza gratuitamente aos cuidadores autorizados os serviços de identificação eletrónica, esterilização, alimentação, desparasitação e vacinação

antirrábica dos animais registados e respetivo acompanhamento médico pós-operatório, bem como todo o auxílio técnico, recomendações, colaboração e apoio necessário à gestão dos animais errantes. A promoção ativa da adoção de animais errantes e animais recolhidos ao CRO ou em famílias de acolhimento está também a ser feita pelo município, bem como a realização de campanhas de sensibilização a favor da adoção responsável, contra o abandono e sobre os benefícios da esterilização. Lamego apoia famílias carenciadas que tenham animais de companhia, assegurando cuidados de saúde primários, profilaxia médica, identificação animal e esterilização. Às restantes, ajuda na esterilização.

COMBATE À CORRUPÇÃO É UMA “PRIORIDADE CENTRAL” PARA A CÂMARA DE LISBOA

A Câmara de Lisboa (CML) afirmou que a transparência e o combate à corrupção são “uma prioridade central” no trabalho da autarquia, em reação à detenção de dois fiscais municipais suspeitos de corrupção.

“Para o atual executivo, a transparência e o combate à corrupção são uma prioridade central no trabalho que é desenvolvido diariamente na Câmara Municipal de Lisboa”, pode ler-se numa nota enviada à imprensa.

A Polícia Judiciária deteve, dia 24, três homens por suspeitas de corrupção, dois deles fiscais de obras da Câmara Municipal de Lisboa.

De acordo com a CML, uma das primeiras medidas avançadas no mandato do presidente, Carlos Moedas, foi a criação do pelouro da Transparência e Combate à Corrupção, que ficou a cargo da vereadora do Urbanismo, Joana Almeida.

De acordo com a nota, foi ainda criado “um departamento municipal de transparência e combate à corrupção, considerando que são desafios imprescindíveis para a correta gestão autárquica”.

O inquérito dirigido pelo Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa levou à emissão de mandados para buscas domiciliárias e também nos postos de trabalho dos dois funcionários municipais, na câmara.

GOVERNO AÇORIANO APROVA VERBA PARA REMODELAR HOSPITAL DA HORTA

O Conselho do Governo dos Açores aprovou a despesa de 2,9 milhões de euros para a remodelação do hospital da Horta e propostas para o descongelamento das carreiras dos farmacêuticos e dos técnicos de diagnóstico.

As deliberações do Conselho de Governo (PSD/CDS-PP/PPM) foram apresentadas pelo subsecretário regional da Presidência, Pedro Faria e Castro, numa conferência de imprensa no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada.

Segundo Pedro Faria e Castro, o Governo Regional autorizou a “despesa e a contratação, mediante a abertura de um concurso público, sem publicidade internacional” para a remodelação do hospital da Horta, no Faial, com o preço base de 2,9 milhões de euros e com o “prazo máximo de execução de 420 dias”.

Em 9 de agosto de 2021, o Governo dos Açores já tinha publicado em Jornal Oficial o lançamento do concurso das obras de reabilitação dos corpos A e B do Hospital da Horta, no valor de 3,6 milhões de euros.

Ainda de acordo com Faria e Castro, o executivo também aprovou uma proposta de decreto legislativo regional “que visa estabelecer as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica a adotar pela administração pública regional e pelo setor público empresarial”.

Em 26 de abril, o Governo Regional revelou que iria apresentar uma iniciativa legislativa no parlamento



regional para corrigir situações de “injustiça” relativas às carreiras dos técnicos de diagnóstico e terapêutica com mais anos de serviço.

Reivindicando a revisão da carreira e a contagem do tempo de serviço, aqueles técnicos realizaram várias greves e manifestações nos Açores em 2020.

O executivo açoriano aprovou igualmente outro decreto legislativo regional para “estabelecer as regras e os procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores farmacêuticos”.

Faria e Castro especificou que vai ser abrangida a carreira do “regime especial de técnico superior de saúde, nos ramos de farmácia hospital, laboratório e genética” que foram, “entretanto, integrados na carreira especial farmacêutica, a adotar” pelo Serviço Regional de Saúde.

O Governo dos Açores também decidiu “alterar a redação” do “regime de atribuição de incentivos à fixação aplicável ao pessoal médico” na região.

O hospital da Horta foi inaugurado em 1985.

MADEIRA QUER GENERALIZAR MANUAIS DIGITAIS ATÉ 2026



A Madeira já investiu cerca de oito milhões de euros na introdução de manuais digitais nas escolas e prevê canalizar mais 21 milhões do Plano de Recuperação e Resiliência, generalizando a sua utilização até 2026.

“O plano que está traçado indica que no ano letivo 2025/2026 todos os alunos do 5.º ao 12.º ano poderão usufruir dos manuais digitais e do respetivo equipamento de suporte”, disse o secretário regional da Educação, Ciência e Tecnologia.

Jorge Carvalho falava no âmbito da abertura da conferência “Transição Digital nos Ensinos Básico e Secundário – estratégias e práticas”, que decorreu sexta e sábado no Funchal.

A Região Autónoma da Madeira introduziu os manuais digitais pela primeira vez no ano letivo 2018/2019 e, de acordo com o governante, o processo está agora “suficientemente consolidado” ao nível do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

“Relativamente ao ensino secundário, está a decorrer uma experiência piloto com uma turma da Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco, essa experiência será alargada no próximo ano letivo a mais quatro escolas e 11 turmas”, disse.

Jorge Carvalho adiantou que a partir do próximo ano letivo todas as escolas básicas e secundárias do arquipélago terão uma sala de ambientes inovadores de aprendizagem, também designada por ‘sala do futuro’.

Sobre o uso dos manuais digitais, o governante referiu que em algumas disciplinas se verifica um “aproveitamento muito mais significativo” e, por outro lado, a indisciplina na sala de aula diminuiu mais de 30%.

Jorge Carvalho sublinhou que a aposta do Governo Regional na transição digital nas escolas se norteia também por questões de saúde e ambientais, contribuindo para a redução do peso das mochilas dos alunos e para a preservação das florestas.

“Cerca de 2.000 alunos ingressam por ano no 5.º ano de escolaridade e com os manuais digitais estamos a poupar o equivalente a 280 árvores [que seriam utilizadas para fabricar manuais em papel]”, explicou.

SÃO JORGE

PSD/AÇORES CONDENA REJEIÇÃO PELOS SOCIALISTAS DA ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

O deputado do PSD/Açores Paulo Silveira condenou o PS por ter rejeitado na Assembleia da República a isenção de contribuições para a Segurança Social por parte dos empresários de São Jorge, considerando que a medida seria “fundamental”.

“O Partido Socialista esta semana deu-se ao desprezo com São Jorge ao chumbar na Assembleia da República uma medida de apoio aos nossos empresários, nomeadamente a isenção de contribuições para a Segurança Social”, afirmou o deputado, à saída de uma reunião com a Câmara do Comércio de São Jorge, no âmbito das Jornadas Parlamentares do PSD/Açores, que decorrem até sexta-feira.

São Jorge vive desde 19 de março uma crise sísmica que está a ter implicações no tecido económico e social da ilha.

De acordo com o parlamentar, citado em nota de imprensa, “este apoio de isenção das contribuições à Segurança Social seria fundamental para os empresários neste ano de 2022”.

Para o deputado, esta atitude do PS “não contribui de maneira nenhuma para o futuro de São Jorge”, defendendo que o futuro “faz-se com ação, com medidas, que é o que este Governo [dos Açores] está a fazer e bem, sempre com consciência que há mais e melhor a fazer, tomando medidas e agindo”.

O deputado do PSD/Açores saudou ainda o Governo Regional, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, pelo “salto extraordinário” dado com as novas medidas adotadas para os transportes marítimos e aéreos para São Jorge, recordando que já este verão, a ilha passará de duas para quatro ligações diárias por via marítima com o Pico e Faial.

A este propósito, o parlamentar social-democrata destacou que nos transportes aéreos “assiste-se ao maior aumento de lugares e de voos de sempre em São Jorge”.

“Vamos ter 28 ligações semanais, 14 de São Miguel e 14 da Terceira. É um grande incremento. Mais do que qualquer medida de apoio à economia de São Jorge, esta é uma medida que todos os empresários querem”, disse Paulo Silveira.

Paulo Silveira referiu igualmente o “esforço assinalável” do executivo açoriano nas medidas de apoio à economia da ilha de São Jorge, exemplificando com o programa APOIAR.PT, cujas candidaturas estão abertas até 31 de maio.

O deputado lembrou também o “voucher” que se encontra disponível para todos os que pretendam visitar a ilha, bem como a isenção de taxas e licenças para as empresas que exercem atividades marítimo-turísticas.

O parlamentar admitiu, contudo, que “será necessário limar algumas arestas, melhorar alguns aspetos das medidas”.

PSD/Açores quer indústria de laticínios “viva e pujante”

O deputado do PSD/Açores Paulo Silveira quer uma indústria de laticínios “viva e pujante” para o futuro da economia de São Jorge, tendo defendido uma medida de apoio direto aos produtores da ilha. O parlamentar falava no início de uma visita à Finisterra – Cooperativa de Laticínios do Topo, inserida no programa das Jornadas Parlamentares do PSD/Açores.



Para Paulo Silveira, a indústria de laticínios “é a mola de São Jorge”, daí a relevância da marca do queijo, “rebocador dos laticínios dos Açores”, disse ressaltando que “a indústria é o nosso bilhete de identidade”.

Acima de tudo, o parlamentar social-democrata pretende que os produtores jorgenses se sintam “acarinados”, numa fase em que se assiste “ao envelhecimento e desmotivação dos produtores que se veem a braços com o aumento dos custos de produção, agora decorrentes também da guerra na Ucrânia”.

E foi precisamente com vista a melhorar o desempenho deste importante setor para a economia de São Jorge, foi entregue no Parlamento uma iniciativa legislativa que

propõe a criação de uma “medida de apoio direto” aos produtores de leite da ilha de São Jorge, a conceder através do programa POSEI, apontou Paulo Silveira.

Proposta esta que já obteve parecer favorável na Comissão de Economia da Assembleia Legislativa dos Açores e a concordância dos representantes da indústria de laticínios.

De salientar que o setor da lavoura em São Jorge conta com 211 produtores, mais 150 trabalhadores na indústria, a que acrescem mais de 350 postos de trabalho diretos. São Jorge é a terceira ilha da Região com maior produção. O leite entregue permite a produção do queijo de São Jorge, produto de Denominação de Origem Protegida e uma referência dos laticínios dos Açores.

PS ESTÁ “INCOMODADO” COM A DEMOCRACIA

José António Soares, vice-presidente do PSD/Açores, considera que o PS “está incomodado” com as regras da democracia, por ter sido afastado do poder, no arquipélago, em 2020, por uma coligação de partidos à direita.

“É óbvio que o PS fica incomodado, mas as maiorias têm disto. Já na República aconteceu o mesmo. O PSD e o CDS ganharam as eleições, mas foi o PS a formar governo. Aqui na Região, aconteceu o contrário. É a democracia a funcionar”, recordou o dirigente social-democrata, no final do Congresso Regional do PS, realizado na ilha do Faial.

José António Soares referia-se ao discurso do líder regional do PS, Vasco Cordeiro, reeleito para mais um mandato, que afirmou que os socialistas têm “legitimidade histórica, democrática e política”, para “levar os Açores para a frente” e para lutar pelo regresso ao poder, nas próximas eleições legislativas regionais.

Para o vice-presidente do PSD/Açores, o PS “tem legitimidade para dizer o que quiser”, mas lembrou que, em pouco mais de um ano e meio, o atual governo de coligação PSD, CDS e PPM, liderado por José Manuel Bolieiro, “já fez muito pela região”, dando como exemplo a criação da tarifa Açores, que permite aos açorianos viajarem inter-ilhas por apenas 60 euros, ou o reforço de professores nas escolas da região, e de médicos e enfermeiros nas unidades de saúde.

A Assembleia Legislativa dos Açores é composta por 57 deputados e, na atual legislatura, 25 são do PS, 21 do PSD, três do CDS-PP, dois do PPM, dois do BE, um da Iniciativa Liberal, um do PAN, um do Chega e um deputado independente (eleito pelo Chega).

MADEIRA CONSIDERA NECESSÁRIO “EXPURGAR” LEGISLAÇÃO QUE DIFICULTA INVESTIMENTO NO IMOBILIÁRIO



O chefe do executivo madeirense falava dia 24 de maio, numa cerimónia de apresentação do empreendimento Madeira Acqua Residences, no Funchal, um projeto do Grupo Pestana, orçado em 100 milhões de euros, que vai transformar o antigo Hotel Madeira Palácio em área residencial, com 181 apartamentos, 25 dos quais com piscina privada.

“Para mantermos o volume do investimento, a atratividade do investimento e, sobretudo, mantermos o entusiasmo dos investidores, é decisivo e importante não complicarmos”, disse Miguel Albuquerque, lamentando que a legislação portuguesa, e também a europeia, contenha normas “muito atrasadas ou anacrónicas” que dificultam o andamento dos projetos.

“Ainda existe a necessidade de expurgar da legislação um conjunto de normas inúteis e que fazem sobrecarga sobre os investimentos, os chamados custos de contexto”, advertiu, lembrando que o Regulamento Geral das Edificações Urbanas data dos anos 50 do século passado.

O presidente do Governo Regional afirmou que, enquanto estiver no cargo, pretende apoiar os empreendedores e realçou que o seu executivo “não tem nenhum complexo nem nenhuma reserva mental” em acolher o investimento privado.

O Madeira Acqua Residences localiza-se na zona oeste do Funchal, uma área considerada nobre e de expansão da cidade, onde está prevista a edificação de cerca de 2.000 novos fogos nos próximos três anos e um aumento de mais 7.000 residentes.

O presidente do Governo Regional indicou que, por isso, será executado um “conjunto de investimentos públicos” na área ao nível da rede viária e das redes de água e saneamento básico.

O presidente do Governo da Madeira afirmou ser necessário “expurgar da legislação” um “conjunto de normas” que dificulta os investimentos no setor imobiliário e sublinhou que o seu executivo não tem “nenhuma reserva mental” em apoiar os empresários.

“Tudo o que for possível, da nossa parte, no sentido de acelerarmos os procedimentos de licenciamento, será feito”, declarou Miguel Albuquerque, reforçando: “Não temos nenhum complexo de esquerda, nenhuma reserva mental de perseguir quem tem dinheiro e quer investir, quem cria os postos de trabalho e cria riqueza”.

PORTO SANTO MAIS ATRATIVO COM MAIS ROTAS

As questões da mobilidade aérea e marítima estiveram em foco num painel promovido pelo Grupo Parlamentar do PSD, no Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo, no âmbito das Jornadas que foram realizadas naquela ilha, no qual participaram o diretor dos aeroportos da Madeira e Porto Santo, Roberto Santa Clara, e o administrador executivo da Porto Santo Line, Carlos Perdigão Santos, assim como o presidente da Câmara Municipal, Nuno Batista.

O investimento na captação de mais ligações ao longo de todo o ano como forma de esbater a sazonalidade, foi uma das questões abordadas, conforme salientou o deputado Bernardo Caldeira, realçando que este é um objetivo que tem vindo a ser paulatinamente a ser concretizado, com o crescimento do número de frequências e disponibilidade de lugares.

Neste momento, disse, o Porto Santo está ligado a cinco países e nove cidades e, ainda hoje, assistimos a mais uma estreia de um voo direto da Alemanha, com a Eurowings, lembrando também a entrada recente da EasyJet, com dois voos semanais do Porto e dois voos semanais de Lisboa.

O deputado sublinhou que este aumento das frequências será essencial para captar novos investimentos privados, em particular na área da hotelaria, uma vez que, nesta altura, já se tornam necessários.

Bernardo Caldeira destacou ainda a execução do projeto para a remodelação da Aerogare do Porto Santo. Um investimento da responsabilidade da Vinci, orçado em cerca de 14 milhões de euros, que irá proporcionar melhores condições naquela infraestrutura.

Ao nível da mobilidade marítima, o deputado salientou a importância que tem tido o modelo de cruzeiro de um dia, que corresponde já a 22% da ocupação da linha.



CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

COIMBRA

Ao abrigo do Estatutos do Partido Social Democrata, convoco os militantes da Secção de Coimbra, para reunião da Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 9 de junho de 2022, (quinta-feira), pelas 21H00 na Sede do PSD, Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, em Coimbra, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Ratificação das contas das Eleições Autárquicas;
3. Outros Assuntos.

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 9 de julho (sábado), pelas 14H30, na Sede Concelhia do PSD, sita Largo do Toural, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos órgãos da Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14H30 e as 18H30 do dia 09/07/2022.

As listas candidatas deverão ser entregues na Sede do PSD/Guimarães, no Largo do Toural, até às 24H00 do dia 7 de julho de 2022.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 8 de Junho (quarta-feira) de 2022, pelas 21H00 no Auditório da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, sita na Rua Antero de Figueiredo em Linda a Velha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 9 de Junho, (quinta-feira) pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita na Rua António Canastrinha n.º 1-B, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da Situação Política atual;
2. Discussão e Aprovação do Relatório de Contas 2021;
3. Outros assuntos de interesse.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos do Nacionais do PPD/PSD, convoca-se uma reunião Ordinária da Assembleia de Secção de Viana do Castelo a realizar do próximo dia 9 de Junho (quinta-feira) de 2022, pelas 21H00 na Sede local do PSD, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, nº 46 – Viana do Castelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS.

1. Análise e apresentação das contas de 2021;
2. Análise da situação política.

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para o meia hora depois, ou seja, às 21H30

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



FERREIRA DO ZÊZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Ferreira do Zêzere para reunião no próximo dia 9 de Julho de 2022, pelas 15h00 na sede do PSD/JSD de Ferreira do Zêzere, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, N.º18 2240-353 Ferreira do Zêzere, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa de Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues à Mesa do Conselho Distrital da JSD Santarém, através o e-mail ricardojmcarlos@gmail.com, até às 23h59, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 15h00 e as 17h00.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Gondomar para o Plenário Concelhio da JSD Gondomar, a realizar-se no dia 10 de Junho de 2022 (Sexta-Feira), pelas 21h30, na sede do PSD de Gondomar, Rampa dos Combatentes da Grande Guerra no31, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional e local;
- 2 – Outros assuntos.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL ANTERIOR
25/05/2022

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Oliveira de Azeméis para reunir, no próximo dia 25 de junho de 2022, com início pelas 14 horas, na sede do PSD Oliveira de Azeméis, sita na Rua Soares de Basto nº 150 Oliveira de Azeméis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou ao seu substituto legal, respeitando o cumprimento estatutário, na Sede Concelhia do PSD Oliveira de Azeméis, sita na Rua Soares de Basto nº 150 Oliveira de Azeméis, até às 23h59m, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 14h00 e as 16h00.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 09 de julho de 2022 (sábado), na sede do PSD da Murtosa, sita na Praça Jaime Afreixo, n.º 6 – A, Pardelhas – Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD da Murtosa;

Ponto 2 – Eleição de militantes honorários da JSD Murtosa;

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD da Murtosa, situada na sítio na morada supra citada, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

As urnas estarão abertas das 15h às 17h.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Sintra para reunir no dia 04 de julho de 2022 (segunda-feira), pelas 20:00, na sede concelhia do PSD Sintra, situada na Avenida dos Bons Amigos, nº37, 1- C, Aqualva Cacém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário Concelhio da JSD Sintra;

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD Distrital de Lisboa, situada na Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

O ato eleitoral decorrerá entre as 20h00m e as 22h00m.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Deliberação III/Maio/2022 Rateio dos Delegados das Comunidades

Recebeu, no dia 24/05/22, participação interposta pelo companheiro Vitório Rosário Cardoso, da Secção do PSD de Macau, relatando e solicitando - resumidamente - o seguinte:

A Secção do Rio de Janeiro, com 1 militante activo (quotas pagas) foi-lhe atribuído em rateio 2 delegados ao Congresso quando nao encontramos em nenhum dos registos do Povo Livre qualquer convocatória;

A Secção de Macau que apresentou em Abril a convocatória, atrasada, foi sumariamente eliminada comparando com o Rio de Janeiro que estará em situação irregular sem convocação no Povo Livre e apenas com um militante activo com quotas pagas. (...) Gostaria por este motivo, pela justiça, equidade de tratamento entre secções e militantes que o CJN se possa pronunciar para que a participação da Secção de Macau possa ser aceite e assim regularizar ou permitir em simultâneo ad hoc que a Secção do Rio de Janeiro possa também participação nas eleições ou então que ambas as secções estejam inibidas de participar sem direito a qualquer numero de delegados no rateio.

Foi o companheiro Luís Geraldes, Coordenador das Comunidades, notificado a pronunciar-se, nos seguintes termos:

Remeto queixa de Vitório Cardoso, alertando para a inexistência de convocatória de delegados da secção de Rio de Janeiro.

Alerto também para semelhante situação de Toulouse e Caracas.

Queira esclarecer o CJN com a maior brevidade sobre essa situação do rateio.

O Coordenador das Comunidade argumentou da seguinte forma:

Relativamente ao rateio de Delegados das Estruturas das Comunidades ao 40º Congresso Nacional, o Secretariado reuniu em 24-05-2022. O assunto do rateio foi amplamente discutido incluindo a situação de Macau, foi votada a lista de Delegados e elaborada a respetiva Ata, tendo esta sido remetida a vexe. no mesmo dia. Quanto ao assunto em apreço, desejo salientar que a lista de Delegados foi publicada no Povo

Livre em 11-05-2022 e de acordo com o Cronograma de Eleições Diretas ao 40º Congresso, qualquer reclamação teria que ser apresentada até às 23h59 de 18-05-2022. Esta foi apresentada em às 23h41 de 24-05-2022, manifestamente fora de prazo. Resta somente acrescentar que o militante Vitório Cardoso antes de se dirigir ao CJN, teve o cuidado e de forma imprópria de publicamente dar a conhecer o assunto através das redes sociais. Nada mais tenho a acrescentar. Ainda e quanto ao rateio de Delegados, mais uma vez invoco o Art.3º, alíneas i e j, do Regulamento da Estruturas das Comunidades.

Verifica-se que o companheiro Luís Geraldês não reconheceu a irregularidade da atribuição de delegados ao congresso a secções sem convocatória, nem promoveu uma reunião do Secretariado das Comunidades para correção do rateio. Ao invés, alegou sinteticamente o seguinte:

- a) o rateio foi publicado a 11/05/22
- b) o prazo para reclamações terminou às 23h59 de 18/05/22
- c) logo, que a impugnação do rateio veio fora de prazo
- d) as alíneas i) e j) do n.º 2 do artigo 3º do Regulamento das Comunidades dão-lhe poderes para nomear delegados ao Congresso

Ora, entende o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD que nenhum destes argumentos colhe, porquanto:

a) o rateio das Comunidades publicado a 11/05/22 foi considerado inválida por este CJN, que instou o Coordenador a convocar o Secretariado das Comunidades para validamente ratear os 18 delegados das Comunidades. Essa reunião ocorreu a 24/05/22, como refere o Coordenador, pelo que a data de rateio que deve ser considerada para efeitos de impugnação é 24/05/22 e não 11/05/22.

b) o prazo de dia 18/05/22 para reclamar, como pode ser confirmado pelo artigo 30º do Regulamento do 40º Congresso Nacional, é referente aos cadernos eleitorais e não ao rateio.

c) sendo apresentada no mesmo dia do rateio válido (datado de 24/05/22), a impugnação do companheiro Vitório Cardoso é tempestiva. O prazo geral estatutário para impugnação de atos praticados por órgãos do Partido é de oito dias (artigo 74º, n.º 1). E ainda que tivesse passado o prazo, a falta de convocatória conduz à nulidade (invocável a todo o tempo) e não a mera anulabilidade (que impõe prazo).

d) a invocação das alíneas i) e j) do n.º 2 do artigo 3º do Regulamento das Comunidades também não colhe. A i), desde logo, porque se refere a colaboradores e não a delegados ao Congresso. A j) porque também não se refere a delegados ao Congresso. Refere-se a “delegados do Partido” que o representem junto das Comunidades nas “áreas consulares onde não existam secções devidamente organizadas e com os seus órgãos em normal exercício de funções”. Essa designação é feita pela Comissão Política Nacional, através do Secretário-Geral e sob proposta do Coordenador das Comunidades. Daí chamarem-se “delegados do Partido” e não “delegados dos militantes aos Congresso”. Nem outro sentido poderia ter esta norma porquanto não compete nem à Comissão Política Nacional nem ao Secretário-Geral nomear delegados ao Congresso. Refira-se que, nos termos do artigo 19º

deste Regulamento das Comunidades, é ao Conselho de Jurisdição Nacional que o compete interpretar.

Assim, o CJN considera nula a atribuição de delegados às Secções de Rio de Janeiro, Caracas e Toulouse, por inexistência de convocatória. Sem convocatória não pode haver eleição de delegados.

Relativamente ao pedido de Macau para atribuição a essa secção de um delegado, indefere-se o pedido. Quer por incompetência do CJN para alterar rateios, quer por igualmente faltar convocatória à Secção de Macau.

Notificação:

- Ao Secretário-Geral, para conhecimento, dar conhecimento às secções de Rio de Janeiro, Caracas e Toulouse, e publicação no Povo Livre
- Ao Coordenador das Comunidades, Luís Geraldes
- Ao participante, Vítor Rosário Cardoso



Paulo Colaço
Presidente

28 de maio de 2022



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Eleição Direta do Presidente da CPN Homologação de Resultados

No dia 28 de maio de 2022 decorreu o sufrágio direto para a designação do presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata.

Nos termos estatutários e regulamentares, compete ao Conselho de Jurisdição Nacional fiscalizar a regularidade do processo eleitoral.

O ato eleitoral decorreu com toda a normalidade, tendo-se apurado os seguintes resultados:

Total de inscritos: 44629

Votaram: 26984

Votos brancos: 308

Votos nulos: 129

Luís Montenegro: 19241 (72.48 %)

Jorge Moreira da Silva: 7306 (27.52 %)

Com base nestes resultados, o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, reunido no dia 31 de maio de 2022, declara eleito Presidente da Comissão Política Nacional do Partido o companheiro Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves.

Paulo Colaço
Presidente

31 de maio de 2022